

Hoje, um novo pacote

Vem chumbo grosso contra os altos salários nas empresas do Governo

MARCOS FARIA/UH DE BRASÍLIA/ARQUIVO



BETH CRUZ/AGIL/ARQUIVO



UEKI E COSTA CAVALCANTI: DE OLHO NAS MEDIDAS

Longe de dizer que o pacote econômico foi suave para o bolso do trabalhador assalariado, é importante advertir que o pior ainda está por vir. Hoje mesmo, provavelmente, o Ministério do Planejamento dispara mais uma saraivada de medidas em cima da renda obtida com produção. Ainda não é no contracheque dos que estão na folha de pagamentos do setor privado. Mas, sob a forma de um austero corte no custeio e nos investimentos de suas próprias empresas, o Governo vai promover uma devassa no que ele mesmo classifica de vantagens salariais da tecnoburocracia estatal.

Para se ter uma idéia das intenções das autoridades econômicas e das suas expectativas na classe trabalhadora, segundo informações colhidas junto ao Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, só nos dois últimos dias úteis da semana que passou, cerca de 100 funcionários do Banco do Brasil, em sua maioria com mais de 10 anos de casa e ocupando cargos nas diretorias da instituição, preencheram fichas de sindicalização.

"Esse pessoal que estava acomodado está começando a ficar preocupado", confidenciou um membro da diretoria do sindicato: "Os 149 e 159 salários que o Banco do Brasil pagava foram incorporados ao pagamento como gratificação e podem sofrer um corte a qualquer momento". A mesma fonte revela que alguns desses funcionários do BB que procuraram o sindicato ameaçam pedir demissão caso se confirme esse e outros cortes que estão na alça de mira dos economistas do Planejamento. Estão ameaçados todos os tipos de auxílio aos funcionários: à alimentação, ao transporte e até na assistência médica e hospitalar. Algo que pode provocar uma revolta desses especializados bancários — até há algum tempo atrás considerados ótimos partidos nas casas das mocinhas de família — para o sistema financeiro privado, que certamente absorverá essa transferência.

E olha que tudo isso ocorre nos até pouco tempo atrás intocáveis salários das fileiras governamentais. Não demora a vez dos contratados nas fileiras do setor privado pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho — a CLT. Apesar das preocupações que alterações na política salarial e no seu mecanismo de reajuste, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), provocam nos meios políticos, nem os desmentidos dos ministros da área econômica são capazes de desfazer apreensões na classe trabalhadora.

Certo é que o que tem obstruído o caminho da reforma salarial ao ministro Delfim Netto são as articulações do seu arquiinimigo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Leitão de Abreu. Preocupado com a

tensão social que pode seguir um aperto a mais no cinto dos assalariados, Leitão de Abreu coloca barreiras para segurar o rolo compressor do ministro do Planejamento.

Mas as pressões para as mudanças nos salários não partem só do todo poderoso Ministério do Planejamento. A classe empresarial, preocupada com a elevação de seus custos, quer desafogar seus lucros na esteira dos salários. Na reunião do Conselho Monetário Nacional da última quinta-feira, os empresários em bloco pediram expressamente a desindexação da economia. Essa desindexação da economia, no que diz respeito às folhas de pagamentos das empresas, significa expurgar do INPC os aumentos dos preços agrícolas e industriais.

Delfim Netto, numa série de entrevistas concedidas à imprensa ao longo da semana passada, tentou convencer a Nação de que essa mudança é fundamental para que caia mais depressa a inflação. Por isso os salários precisam acompanhar a política de correção geral da economia.

Mas para Delfim não basta convencer a população, pouco consciente de teorias e cálculos econométricos. Ele precisa vencer as resistências do ministro Leitão de Abreu e dos seus aliados, onde se encontram os principais líderes do PDS. Entre eles, o líder do partido do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, que na quinta-feira definiu a posição do seu partido: "Nós do PDS não queremos o expurgo do INPC para não afetar os salários".

A preocupação dos ministros da área política e dos próprios pedessistas reside mais, entretanto, nas fissuras que uma alteração na política salarial poderia provocar no acordo com o Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB, na voz da deputada Ivete Vargas, ameaçou romper o acordo se isso ocorresse. E ninguém no Governo quer perder essa maioria na Câmara dos Deputados conquistada através desse acordo.

O que pode falar mais alto que tudo isso, no entanto, são as pressões do Fundo Monetário Internacional, que não enxerga com bons olhos os salários acompanhando, até mesmo um pouco abaixo, o índice de inflação.

Os assalariados conseguiram passar por mais esse pacote econômico com poucos arranhões, mas não por muito tempo. O Governo deverá, agora, promover uma série de entendimentos na área política e social para viabilizar as alterações preconizadas pelo ministro do Planejamento. Quando houver certeza de que essas medidas nos salários, por mais impopulares que possam ser, não implicarão alterações na atual estrutura política, e que estão totalmente afastadas as possibilidades de um crescimento da tensão social, um pacote salarial sairá.